Número do funcionário	Nome	Observações
59030	José Alberto C. Cerqueira Gonçalves	(b)
2446	José Álvaro Carvalho Meneses	(b)
1717	José António E. Conceição Pereira	(b)
4696	José António Figueiredo Sousa	(a)
863	José António Rodrigues Lamas	(b) e (c)
860	José Carlos Oliveira Esteves	(b)
4494	José Manuel Justino Graça	(b)
512	José Manuel Marques Filipe	(a)
7012	José Manuel Pires	(a)
4501	José Rodrigues Gamboa	(b)
5223	José Rodrigues Santos	(a)
54021	José Vítor Pacheco Santos	(b)
57081	Justino Manuel Garcia Nunes	(a)
7674	Leandro Nunes Belo	(b)
11786	Lúgia Rosário V. A. Oliveira Eisele	(a)
508	Lisbela Maria Dias Gomes	(a)
507	Luís Filipe Fernandes Martins	(a)
506	Luís Filipe Santos Capitão	(b)
12233	Luís Jorge J. Teixeira Norte	(b) e (c)
43008	Luís Manuel A. Henriques Santos	(b) e (c)
58096	Luís Manuel Coelho Laranjeira	(a)
11038	Luís Miguel A. Gordinho Reino	(a)
59031	Luís Nuno G. Vila Afonso	(b) e (c)
53302	Luísa Maria Dolores Duarte	(b)
2516	Manuel Adriano Caldeira Gil	(b) e (c)
4110	Manuel António Ladeira Correia	(a)
4540	Manuel Bernardo Castilho	(b) e (c)
267	Manuel Gregório Silva Martins	(a)
9239	Manuel Noé Silva	(b)
10909	Manuel Pedro Marques Sousa	(a)
13094	Maria Albertina Sousa	(a)
1735	Maria Alcídia Lobo	(a)
13224	Maria Céu Tadeu Santos	(a)
45029	Maria Conceição B. Amaral Sanches	(b)
433	Maria Conceição Teixeira Henriques	(a)
10245	Maria Dalila R. R. V. Serra Moura	(a)
12591	Maria Elisa S. M. Conceição Barreira	(a)
12303	Maria Eugénia	(b)
12119	Maria Fátima Marteleira	(a)
12667	Maria Fátima Santos Faria	(a)
2583	Maria Fernanda J. Santos Rodrigues	(b)
496	Maria Florinda Marques Martins	(a)
432	Maria Graciete S. P. A. Correia Pires	(a)
2591	Maria Helena A. Junqueira Faria	(b)
12052	Maria Helena Marques Paixão	(a)
12118	Maria Helena Reis Capinha	(a)
542	Maria Hermínia Morgado Jacinto	(a)
12187	Maria Ilídia M. Machado Ribeiro	(b)
2597	Maria Inocência Bastos Campos	(b)
48062	Maria João R. Martins Agostinho	(b)
12406	Maria José G. Salgueiro Curinha	(a)
41017	Maria Júlia Magano Paulo	(b)
10564	Maria Leonor A. Dias Santos	(a)
53311	Maria Leonor S. Belo Sequeira	(b)
10077	Maria Lourdes D. Vasconcelos Cruto	(a) e (c)
11370	Maria Manuela Marinho Macedo	(a)
8914	Maria Nazaré B. T. Azevedo Silva	(b)
12393	Maria Perpétua Soares Cavaco	(a)
2645	Maria Piedade A. S. R. Carrasco Serralha	(a)
2648	Maria Rosário A. R. Candeias Belchiorinho	(a)
12285	Maria Sameiro S. F. Oliveira Campos	(a)
5740	Maria Teresa S. Gonçalves Macor	(b)
6309	Mário Conceição P. Camilo Pastor	(a)
11957	Miguel José M. Marques Cunha	(b)
3621	Miguel Vital Andrade Sousa	(a)
6978	Olávio Joaquim C. A. Silveira Dias	(b)
10976	Paula Margarida A. S. Ferreira Araújo	(a)
2214	Paulo Jorge Borges Ferreira	(b)
13218	Porfírio José Cristo Mestre	(a)
6331	Rafael José Castro Sousa	(a)
8670	Raul António Santos Martins	(b)
53320	Rui Manuel Costa Santos	(a) e (c)
2700	Susana Helena M. Baptista Cruz	(b)
7021	Tomás Conceição	(b)

Número do funcionário	Nome	Observações
5872	Vasco Agudo Marques Lourenço	(b) e (c)
5882	Virgínia Jesus Ribeiro Carreira	(b)
11053	Zélia Maria S. Cajeira Pedroso	(a)

(a) Não aprovado por ter obtido classificação inferior a 9,5 valores.
(b) Faltou à prova. Nos termos do n.º 1.6 do Regulamento de Avaliação Permanente, inicia novo ciclo de avaliação.
(c) Classificação de serviço inferior a *Bom*.

17 de Fevereiro de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Rectificação n.º 310/2006. — Por ter saído com inexactidão o aviso (extracto) n.º 1620/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 30, de 10 de Fevereiro de 2006, a p. 1948, rectifica-se que onde se lê «Maria Helena Martins Pernadas, inspectora tributária assessora» deve ler-se «Maria Helena Martins Pernadas, inspectora tributária principal».

17 de Fevereiro de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Direcção de Finanças de Setúbal

Despacho (extracto) n.º 4887/2006 (2.ª série). — *Delegação de competências.* — I — Competências delegadas. — Nos termos dos n.ºs 1.9, 8.6, 9 e 11 da parte II e 1, 2 e 6 da parte III do despacho n.º 16 004/2005 (2.ª série), do director-geral dos Impostos, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140, de 22 de Julho de 2005, subdelego nos directores de finanças-adjuntos, nos chefes de divisão e nos chefes de finanças a seguir indicados as competências delegadas que se indicam:

1 — No director de finanças-adjunto licenciado José do Carmo Raposo:

1.1 — Subdelego as competências constantes das alíneas b) a l) do n.º 8.6 da parte II do despacho n.º 16 004/2005 (2.ª série), do director-geral dos Impostos, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140, de 27 de Julho de 2005.

2 — Na chefe de divisão de Tributação, licenciada Maria do Carmo Nunes Farinha de Oliveira Morgado:

2.1 — Autorizar a rectificação dos conhecimentos da sisa, quando da mesma não resulte liquidação adicional.

3 — Nos chefes de finanças, bem como nos adjuntos de chefes de finanças, da Secção de Cobrança abrangidos pelo n.º 2 da resolução n.º 1/2005, da 2.ª Secção do Tribunal de Contas:

3.1 — As competências para apresentar ou propor a desistência de queixa ao Ministério Público pela prática de crimes de emissão de cheques sem provisão emitidos a favor da Fazenda Pública.

II — Competências próprias. — Delego, ao abrigo do disposto nos artigos 35.º do Código do Procedimento Administrativo e 62.º da lei geral tributária (LGT), as competências que se indicam e pela forma seguinte:

1 — No director de finanças-adjunto licenciado José do Carmo Raposo:

1.1 — A avaliação directa e indirecta da matéria colectável prevista nos n.ºs 1 e 2 do artigo 82.º da LGT, resultante de processos de acções inspectivas, nos termos e com os limites fixados dos números seguintes;

1.2 — A alteração dos elementos declarados pelos sujeitos passivos para efeitos de IRS, nos termos do n.º 4 do artigo 65.º do CIRS, até ao limite de € 500 000 por cada exercício;

1.3 — Determinar o recurso à aplicação de métodos indirectos nos termos dos artigos 28.º e 39.º do CIRS, bem como dos artigos 87.º e 90.º da LGT, até ao limite fixado no número anterior;

1.4 — Proceder à fixação do conjunto de rendimentos líquidos previstos no n.º 2 do artigo 65.º do mesmo Código, até ao limite fixado no n.º 1.2;

1.5 — Determinar o recurso à aplicação de métodos indirectos nos termos do artigo 54.º do CIRC, bem como dos artigos 87.º e 90.º da LGT;

1.6 — Fixação da matéria tributável sujeita a IRC, nos termos dos artigos 54.º do respectivo Código, 87.º e 90.º da LGT, bem como nos casos de avaliação directa com correcções técnicas ou meramente aritméticas resultantes de imposição legal, nos termos dos artigos 81.º e 82.º da LGT, até ao limite de € 1 500 000, por cada exercício;

1.7 — Determinar o recurso à aplicação de métodos indirectos, nos termos dos artigos 84.º do CIVA e 87.º e 90.º da LGT;

1.8 — Fixação do IVA em falta, nos termos dos artigos 84.º do respectivo Código e 87.º e 90.º da LGT, até aos montantes de imposto

de € 100 000 e € 250 000, quer se refira a pessoas singulares ou colectivas, respectivamente, e por período de impostos;

1.9 — Fixar os prazos para audição prévia, nos termos do artigo 60.º da LGT e do regime complementar do procedimento de inspecção tributária, no âmbito dos procedimentos de inspecção tributária, e praticar os actos subsequentes até à conclusão do procedimento;

1.10 — Proceder à emissão de ordens de serviço para os processos inspectivos previamente programados pelo serviço para execução nas respectivas divisões;

1.11 — Sancionar todos os relatórios de acções inspectivas, bem como todas as informações concluídas pela inspecção tributária;

1.12 — Sancionar e autorizar a recolha informática do modelo n.º 344 do IVA;

1.13 — A assinatura de toda a correspondência da unidade orgânica a seu cargo, incluindo notas e mapas, com exclusão da correspondência a remeter às direcções-gerais ou a outras entidades superiores;

1.14 — A classificação de serviço dos funcionários afectos à respectiva unidade orgânica, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 8.º do Regulamento da Classificação de Serviço dos Funcionários e Agentes da Direcção-Geral dos Impostos, aprovado pela Portaria n.º 326/84, de 31 de Maio.

2 — No chefe de divisão de Justiça Tributária, licenciado José Alberto Linhas Roxas Pestana:

2.1 — A autorização do pagamento em prestações em processo de execução fiscal, em conformidade com n.º 2 do artigo 197.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário, bem como a apreciação das garantias referidas no n.º 8 do artigo 199.º do mesmo diploma;

2.2 — A decisão sobre as reclamações gratuitas nos termos dos artigos 68.º e 75.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário, respeitantes a IRS, IRC, IVA, imposto do selo, imposto municipal de sisa, imposto sobre as sucessões e doações e imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis, com excepção das referidas nos n.ºs 9.1 e 9.2;

2.3 — A apreciação e decisão nos processos administrativos relativos aos actos impugnados, nos termos do artigo 112.º, n.ºs 2 e 6, do Código de Procedimento e de Processo Tributário;

2.4 — A aplicação de coimas, assim como as decisões sobre afastamento excepcional de aplicação de coima, a que se refere, respectivamente o n.º 1 do artigo 54.º e o artigo 21.º do Regime Jurídico das Infrações Fiscais não Aduaneiras, e, bem assim, o arquivamento dos processos, nos termos do n.º 3 do artigo 205.º do Código de Processo Tributário;

2.5 — A aplicação de coimas, ou o arquivamento do respectivo processo, nos termos do n.º 3 do artigo 76.º do Regime Geral das Infrações Tributárias, assim como a dispensa e atenuação especial das coimas, a que se referem, respectivamente, a alínea b) do artigo 52.º e o artigo 32.º do mesmo diploma, e, bem assim, a extinção do procedimento por contra-ordenação, nos termos do artigo 61.º, também do mesmo diploma;

2.6 — A autorização para a recolha das declarações officiosas e dos documentos de correcção resultantes dos processos de reclamação gratuita supra-referidos;

2.7 — A confirmação ou alteração das decisões proferidas pelo chefe de finanças no âmbito do procedimento de apreensão previsto no artigo 17.º, n.º 7, do Decreto-Lei n.º 147/2003, de 11 de Julho;

2.8 — A assinatura de toda a correspondência da unidade orgânica a seu cargo, incluindo notas e mapas, com exclusão da correspondência a remeter às direcções-gerais ou a outras entidades superiores;

2.9 — A classificação de serviço dos funcionários afectos à respectiva unidade orgânica, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 8.º do Regulamento da Classificação de Serviço dos Funcionários e Agentes da Direcção-Geral dos Impostos, aprovado pela Portaria n.º 326/84, de 31 de Maio.

3 — Na chefe de divisão de Tributação, licenciada Maria do Carmo Nunes Farinha de Oliveira Morgado:

3.1 — Supervisão do Centro de Recolha de Dados;

3.2 — A autorização para a revenda de dísticos do modelo n.º 4, comprovativos do pagamento do imposto relativo a automóveis e motocicletas nos termos do n.º 9 do artigo 10.º do Regulamento do Imposto Municipal sobre Veículos;

3.3 — Designar os peritos regionais, para efeitos de segundas avaliações, nos termos dos artigos 74.º e 76.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI);

3.4 — Proceder à fixação ou à alteração dos rendimentos líquidos sujeitos a tributação em IRS nas situações previstas no artigo 65.º do Código do IRS;

3.5 — Sancionar os documentos de correcção de IR, resultantes de erros de recolha e outros imputáveis aos serviços, bem como autorizar a respectiva recolha;

3.6 — Fixar os prazos para audição prévia, nos termos do artigo 60.º da LGT, e praticar os actos subsequentes até à conclusão do procedimento;

3.7 — Autorizar o levantamento da suspensão das liquidações do IRS, pendentes da análise de listagens de IRS, quando não haja correcções a fazer aos elementos declarados;

3.8 — A assinatura de toda a correspondência da unidade orgânica a seu cargo, incluindo notas e mapas, com exclusão da correspondência a remeter às direcções-gerais ou a outras entidades superiores;

3.9 — Na ausência ou impedimentos do titular, os actos de assinatura serão praticados pela técnica de administração tributária Maria Graciete Carvalho Branco ou por quem aquele indigitar para o efeito;

3.10 — A classificação de serviço dos funcionários afectos à respectiva unidade orgânica, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 8.º do Regulamento da Classificação de Serviço dos Funcionários e Agentes da Direcção-Geral dos Impostos, aprovado pela Portaria n.º 326/84, de 31 de Maio.

4 — Na chefe de divisão de Planeamento e Coordenação, licenciada Cristina Maria Ezequiel Conceição Cruz Coelho:

4.1 — Elaboração do plano e relatórios anuais de actividades da respectiva área orgânica;

4.2 — A assinatura de toda a correspondência do serviço a seu cargo, incluindo notas e mapas, com exclusão da correspondência a remeter às direcções-gerais ou a outras entidades superiores;

4.3 — A classificação de serviço dos funcionários afectos à respectiva unidade orgânica, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 8.º do Regulamento da Classificação de Serviço dos Funcionários e Agentes da Direcção-Geral dos Impostos, aprovado pela Portaria n.º 326/84, de 31 de Maio.

5 — Na assistente administrativa especialista Isabel Maria da Silva Pires Marques Barrento:

5.1 — A assinatura de toda a correspondência do serviço a seu cargo, incluindo notas e mapas, com exclusão da correspondência a remeter às direcções-gerais ou a outras entidades superiores.

6 — Na técnica de administração tributária-adjunta Cidália Maria Afonso Santiago Raposo Figueiredo:

6.1 — A assinatura de toda a correspondência do serviço a seu cargo, incluindo notas e mapas, com exclusão da correspondência a remeter às direcções-gerais ou a outras entidades superiores.

7 — No coordenador do Centro de Recolha de Dados, Carlos Alberto Proença Alexandrino:

7.1 — A assinatura de toda a correspondência do serviço a seu cargo, incluindo notas e mapas, com exclusão da correspondência a remeter às direcções-gerais ou a outras entidades superiores.

8 — No inspector tributário do nível 1 licenciado António Guerreiro da Silva:

8.1 — A prática dos actos referidos nos n.ºs 3, 4, 5, 6, 9, 10 e 13 do artigo 91.º da LGT, no âmbito dos pedidos de revisão da matéria tributável fixada por métodos indirectos;

8.2 — A assinatura de toda a correspondência relativa à delegação acima referida, com exclusão da correspondência a remeter às direcções-gerais ou a outras entidades superiores.

9 — Nos chefes de serviços de finanças:

9.1 — Decisão dos processos de reclamação gratuita, nos termos do artigo 75.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário, respeitantes ao imposto municipal sobre veículos, imposto de circulação e camionagem, contribuição autárquica, imposto municipal sobre imóveis e impostos já abolidos;

9.2 — Decisão dos processos de reclamação gratuita, nos termos do artigo 75.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário, respeitantes a IRS, IRC, IVA, imposto do selo, imposto municipal de sisa, imposto sobre as sucessões e doações e imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis, quando o valor não exceda € 7500.

III — Subdelegações. — Autorizo o director de finanças-adjunto a subdelegar as competências que lhe são delegadas no presente despacho.

IV — Substituição legal. — Nas minhas faltas, ausências ou impedimentos é meu substituto legal o director de finanças-adjunto José do Carmo Raposo, e nas suas faltas, ausências e impedimentos o chefe de divisão de Prevenção e Inspeção Tributária I, licenciado Artur José Pereira Vale.

V — De harmonia com o n.º 2 do artigo 39.º do Código do Procedimento Administrativo, o delegante reserva o poder de avocar bem como o poder de revogar os actos praticados pelos delegados, a qualquer momento e sem quaisquer formalidades, sem que isso implique derrogação, ainda que parcial, da presente delegação de competências.

VI — Produção de efeitos. — Este despacho produz efeitos desde 14 de Março de 2005, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelos delegados sobre as matérias ora objecto de delegação de competências.

10 de Fevereiro de 2006. — O Director de Finanças de Setúbal, José Carreto Janela.

Despacho (extracto) n.º 4888/2006 (2.ª série). — *Subdelegação de competências.* — De acordo com a autorização constante no n.º III do despacho de 10 de Fevereiro de 2006 do director de finanças de Setúbal e ao abrigo do disposto no artigo 36.º do Código do Pro-